

Bibliographica americana

revista interdisciplinaria de estudios coloniales

Número 9 – diciembre de 2013

ISSN: 1668-3684

<http://www.bn.gov.ar/revistabibliographicaamericana>

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO NA BAHIA.
Considerações sobre a Trajetória de um Cortesão Ibérico
na América Portuguesa Seiscentista.

Kalina Vanderlei Silva

Universidade de Pernambuco

kalinavan@uol.com.br



**BIBLIOTECA
NACIONAL**

Programa Nacional de Bibliografía Colonial

Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Buenos Aires, República Argentina

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO NA BAHIA.
Considerações sobre a Trajetória de um Cortesão Ibérico
na América Portuguesa Seiscentista.

Kalina Vanderlei Silva

Resumo: Neste artigo descrevemos a trajetória de D. Francisco Manuel de Melo na Bahia na década de 1650. Cortesão prestigiado e prolífico escritor barroco, Melo esteve exilado por três anos na América portuguesa, período no qual continuou a se dedicar à escrita, ao mesmo tempo em que interagiu com a elite açucareira. Através de indícios deixados em sua obra procuramos analisar sua temporada baiana e como ela se refletiu em seus escritos, recompondo, assim, fragmentos das interações entre a sociedade colonial açucareira e as cortes ibéricas no século XVII.

Palavras-Chave: Escritor – Barroco – Sociedade Açucareira – Cultura Cortesã

Abstract: This paper analyzes the career of D. Francisco Manuel de Melo in 1650's Brazil. Famous courtesan and prolific baroque writer, Melo was exiled in Bahia for three years, in which time he continued to dedicate himself to write, but he also interacted with the sugar elite. Collecting clues in his work and in other sources of Salvador's day-life this research searches the reflection of Brazil in D. Francisco's imaginary, connecting some dots between the sugar society and the Iberian courts in the XVIIIth century.

Key-Words: Writer – Baroque – Sugar Society – Courtesan Culture

Recibido: 14 de junio de 2013

Acceptado: 17 de octubre de 2013

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO NA BAHIA.
Considerações sobre a Trajetória de um Cortesão Ibérico
na América Portuguesa Seiscentista.

Kalina Vanderlei Silva

Introdução

[...] quase de outro mundo vos escrevo, posta entre mim e vós não só África inteira e os imensos mares que dividem América da Europa, mas interpostos silêncios, anos e sucessos, que por larguíssimo intervalo nos apartarão.
(*Naufrágio da Armada Portuguesa em França* 1676, p. 150)

Essa epígrafe, retirada da dedicatória do *Naufrágio da Armada*, espelha bem o sentimento de isolamento e desencanto, esse último tão barroco, de seu autor, o fidalgo luso-castelhano D. Francisco Manuel de Melo, em sua terra de exílio, a Bahia. Um espelhamento que a torna ideal para iniciar essa nossa história, que procura reconstruir fragmentos da temporada passada por esse que foi um dos mais prolíficos escritores barrocos luso-espanhóis, na capital do Estado do Brasil.

Melo viveu e produziu no século XVII, momento em que a colonização portuguesa ainda se restringia quase que totalmente à costa nordeste da América do Sul. Na segunda metade dessa centúria, a área mais populosa do Estado do Brasil se situava entre duas capitanias produtoras de açúcar, Pernambuco e Bahia; capitanias que há pouco haviam sido reconquistadas pelos portugueses em uma guerra ferrenha contra as tropas da holandesa Companhia das Índias Ocidentais, em uma região que também apenas voltava a ser vassala de um rei lusitano após 60 anos de reinado dos Habsburgo de Espanha sobre Portugal e seus territórios ultramarinos.

Enquanto isso, nas cortes da Europa ocidental prosperava a imagem ideal do cortesão: o nobre versado naquela retórica formulada nas páginas de Baldassare Castiglione, Baltazar Gracián e Rodrigues Lobo, e que reunia habilidades de prudência e dissimulação que o deveriam transformar em um perfeito e valoroso homem de armas e ao mesmo tempo em um escritor talentoso. E muitos nobres, entre italianos, espanhóis e portugueses, esforçavam-se por viver segundo os valores desse ideal. Entre eles, D. Francisco que, enquanto perfeito cortesão do *século de ouro*, foi militar e estrategista, além de poeta, historiador e tratadista. Também, de acordo com as práticas correntes entre os letrados ibéricos de sua geração,

escreveu tanto em português quanto em castelhano. E não deixou de se envolver em intrigas políticas, na Espanha ou em Portugal, sendo, além disso, um daqueles egressos da nobreza que se encontravam em terras açucareiras da América portuguesa na esteira da expansão do Império Habsburgo e de sua retração. Um conjunto de elementos, todos esses, que quando associados permitem um vislumbre das conexões culturais estabelecidas então entre as Américas e o circuito cortesão ibérico.

A partir desse contexto é que procuramos observar a trajetória de vida de D. Francisco Manuel de Melo, pensando-a como um fio condutor para o conhecimento detalhado de estruturas sociais e culturais nas quais tal personagem se inseria –isto é, o cenário político e cultural das cortes habsburga e Bragança, e o palco do pós-guerra holandesa no Estado do Brasil–, assim como os trânsitos realizados por homens e ideias entre as regiões em questão.

Do ponto de vista teórico-metodológico, seguimos as reflexões de autores que se debruçam sobre os problemas e questões apresentados pelos estudos biográficos à historiografia. Inspirada por autores como Le Goff e Levi, a historiografia culturalista no Brasil vem considerando as trajetórias de vida como objetivos viáveis para a análise das forças sociais e conjuntos de representações que convergem sobre a vida de um indivíduo.¹ Uma perspectiva que permite que cada indivíduo seja percebido como um reflexo de sua época e das estruturas nas quais estava embebido. Nesse sentido é que procuramos compreender aqui os elementos biográficos não apenas como indicativos de uma identidade única e original, mas principalmente como fragmentos integrados a um determinado universo cultural; tentamos, assim, balancear aquela equação história/biografia, identificada por Sabina Loriga, que tem como variáveis, por um lado, o ato de pensar o indivíduo enquanto exemplo de unicidade e, por outro, o de pensá-lo como uma representação do contexto histórico. Ou seja, procuramos, em tais observações, o equilíbrio entre o ‘eu’ e o coletivo, ilustrado por Loriga como uma mistura de “um pouco de contexto, um pouco de existência individual e outra camada de contexto”.²

Em tudo isso se situa nossa abordagem de D. Francisco Manuel de Melo, percebido como um personagem cuja trajetória ajuda a jogar luz sobre um contexto de conexões culturais e políticas entre a América portuguesa e o complexo cenário político de Portugal em pleno processo de separação da Espanha. Então, longe de observarmos esse escritor cortesão como um exemplo de genialidade artística ou originalidade literária, buscamos compreendê-lo em seus atrelamentos aos panoramas políticos e culturais nos quais circulou, e como parcela de um grupo social que sustentava a conexão entre as cortes ibéricas e a América portuguesa açucareira. Para tanto, nossas fontes principais são seus numerosos escritos: desde sua vasta coleção de cartas, que ele mesmo fez publicar, e seus *Apólogos Dialogais*, com trechos redigidos no Brasil, até suas crônicas históricas, nas quais interpôs determinadas imagens discursivas sobre o Estado do Brasil que consideramos representativas dos trânsitos e contextos que buscamos compreender.

Tais fontes, por sua vez, são lidas aqui a partir tanto da historiografia que vem se dedicando a Melo, quanto daquela que analisa os contextos históricos em questão. No primeiro caso é principalmente a historiografia ibérica que se preocupa com nosso personagem, muito conhecido de historiadores e linguistas portugueses e espanhóis, mas ainda pouco estudado pela historiografia brasileira: em Espanha e Portugal muitos são os estudos monográficos sobre D. Francisco, começando pelo mais clássico e abrangente deles, escrito por Edgar Prestage e publicado em 1914, e chegando à coletânea internacional organizada entre Salamanca e Coimbra em 2010, dedicada a diferentes aspectos da produção literária do autor e de seu universo cultural no século XVII.³ Por sua vez, para a compreensão da situação política que levou D. Francisco à Bahia, e das paisagens socioculturais nas quais circulava, trabalhamos principalmente com as considerações de Rafael Valladares sobre as tramas da restauração portuguesa, de Ana Paula Megiani sobre os laços culturais entre as elites letradas dentro do Império português, e de Geraldo Pieroni sobre os degredados na sociedade açucareira (Valladares 1998; Megiani 2007; Pieroni 2000).

Tudo isso para reconstruir o panorama de trânsitos oceânicos que possibilitava que fidalgos e cortesãos atuantes nas guerras europeias e nos corredores barrocos circulassem entre os senhores de engenho e os lavradores de cana no mundo açucareiro americano.

D. Francisco e as Cortes Ibéricas

Nascido em 1608, filho de mãe castelhana e pai português, ambos nobres –mas tendo também, segundo alguns estudiosos, uma ascendência cristã nova (Prestage 1914, 284-285)– D. Francisco Manuel pertencia ao grupo de fidalgos que, por sua dupla herança familiar e cultural, havia apoiado a ascensão dos Habsburgo ao trono de Portugal. Educado nas rígidas regras de etiqueta da Corte, desde cedo circulou nos altos estratos da nobreza do *século de ouro*, cultivando amizade com os *grandes* de Espanha, inclusive com o Conde-Duque de Olivares, o *vallido* de Felipe IV, e imergindo nos valores e representações associados à imagem do perfeito cortesão. Durante sua juventude em Madri conviveu com escritores como Quevedo, circulou pelo palácio do Escorial e estabeleceu laços clientelares que alcançaram até mesmo Luis XIV, sendo ainda intensamente influenciado pelos grandes tratadistas do período, como Castiglione e Rodrigues Lobo: autores que exerciam um forte impacto na Corte do Antigo Regime, cuja cultura política obrigava o cortesão a depender de seus laços afetivos para sobreviver. E nesse cenário, se amizade e proteção garantiam mercês, cargos e prestígio, na mesma proporção o desagrado do rei ou do *vallido* poderia levar a um lugar de desprestígio e ostracismo e, não raras vezes, à prisão (Valladares 1998; Franco 2008; Saltarelli 2008; Oliveira 2006).

Em tal contexto D. Francisco cultivou seus laços clientelares: em um primeiro momento devotado aos Habsburgo, e em um segundo, abraçando a causa do Duque de Bragança, futuro rei D. João IV de

Portugal. Em ambos os casos serviu como comandante e diplomata, e em ambos passou temporadas na prisão por questões políticas. De fato, em um tempo tão tumultuado quando o da Restauração portuguesa, com as lealdades divididas entre duas cortes, muitos foram os casos de prestigiados fidalgos que estiveram longos períodos encarcerados por desacordos políticos.

Mas enquanto ainda estava a serviço de Felipe IV, na década de 1630, nosso fidalgo lutou pelas forças habsburgas atuantes em Flandres, além de combater a sublevação catalã: serviços esses que lhe garantiram favores régios, tais como a nomeação para Governador da Galícia. Então já era um escritor louvado. Nesse mesmo período um de seus protetores na Corte, o Conde de Linhares, foi nomeado “Vice-rei e Capitão Geral do Estado do Brasil, Empresa e Restauração de Pernambuco” por Felipe IV (oliveira 2009, 56), o que deveria conferir também a seus protegidos, de acordo com as regras da amizade política do Antigo Regime, cargos no Brasil. E D. Francisco estava entre aqueles que alimentavam a esperança desses cargos quando, em 1637, estourou a revolta de Évora –antessala da Restauração portuguesa–, na qual ele esteve envolvido, juntamente com o Conde de Linhares, o que acarretou a queda de ambos das graças do *vallido*.

Por causa deste episódio, Linhares foi obrigado, nas mordazes palavras de D. Francisco, a gozar sua nomeação para General do Mar Oceano “em um castelo preso quatro anos, por culpas imaginárias, sem que tomasse posse, nem tal se pensasse” (Mello *apud* Oliveira 2009, 56). E na esteira do Conde, também D. Francisco foi preso, passando meses na prisão em Madri, em uma situação que o impulsionaria a se posicionar ao lado dos Bragança no processo de restauração da independência de Portugal contra os Habsburgo em 1640. Dessa sua primeira temporada na prisão data sua *Historia de los Movimientos y Separación de Cataluña*, na qual discute as razões da derrota dos castelhanos na sublevação catalã, definindo, nesse processo de escrita, uma de suas principais características como historiador: o desejo de criar uma explicação moral para os acontecimentos narrados (Prestage 1914; 205-210; Anastacio 2009, 111-120).

Após 1640, Melo se estabeleceu em Lisboa, continuando atuante na vida política da Corte. Uma atuação, todavia, que não demorou a levá-lo a novos desentendimentos políticos, pouco esclarecidos, dessa vez com o novo rei português, e a uma segunda temporada na prisão. Esse novo período de encarceramento, iniciado em 1644, só terminaria com a comutação de sua pena para o exílio e com seu embarque para a Bahia em 1655.

Apesar de todos esses percalços, mesmo prisioneiro D. Francisco conseguiu preservar sua reputação, principalmente através do cultivo da amizade de grandes nobres, chegando mesmo a conseguir “que fosse enviada a D. João IV uma carta de recomendação de ninguém menos que Luís XIV, o Rei Sol” (Saltarelli 2008, 104.). E tal era seu prestígio, inclusive como estrategista, que continuaria a ser consultado sobre questões militares, dando conselhos sobre os ‘teatros da guerra’ e questões específicas, como a defesa do

porto de Lisboa: “por sinal cogitada a partir das observações que fez a partir do local onde então se encontrava preso, a Torre Velha” (Oliveira 2009, 31).

Também não parou de escrever: nessa nova temporada produziu sua *Epanáfora Política* sobre o motim de Évora, que o levou a seu primeiro encarceramento em Madri. Texto polêmico, que só seria publicado após a morte de D. João IV em 1656, nele apresentava a revolta como o início do processo de restauração portuguesa, em uma tese que influenciaria todos os textos posteriores sobre o tema (Valladares 1998, 100). Por outro lado, a *Epanáfora* ilustrava também sua predileção por escrever obras historiográficas sobre eventos que presenciara, mesmo que periféricamente.

E assim foi que ao longo de toda sua vida Melo conjugou a dedicação às letras com as práticas cortesãs. E se nisso estava longe de ser um caso isolado, por outro lado talvez poucos tenham conseguido promover a síntese entre armas e letras com a mesma qualidade que ele: enquanto homem de armas participou de expedições bélicas e incursões marítimas, recebendo, em 1634, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Ao mesmo tempo, ganhou fama como escritor a ponto de algumas de suas obras chegarem a exercer grande influência na criação de um discurso nacionalista português: esse foi o caso principalmente de *D. Teodósio*, biografia que elevava o pai de D. João IV à categoria de fundador mítico da dinastia Bragança.⁴ Significativo ainda que seu exílio em nada tenha abalado sua fama literária: datam da década seguinte a seu retorno da Bahia tratados como a *Carta do Guia dos Casados*, e peças de teatro como o *Fidalgo Aprendiz*. Nesse período ele faria também publicar sua vasta correspondência, em grande parte escrita durante seus anos de prisão, o que ajudaria a consolidar esse gênero literário em Portugal. Além disso, também faria circular em forma de manuscrito –uma prática prestigiada pela nobreza seiscentista– seus *Apólogos Dialogais*, que haviam sido, pelo menos parcialmente, escritos durante os três anos que D. Francisco fora obrigado a viver na Bahia.⁵

D. Francisco Manuel de Melo na Bahia:

A mesma fortuna que me trouxe de tão remotos climas, ó varão sábio,
a estes, de um mundo, não só diverso mas novo, foi aquela que me fez encontrar-vos,
para que me pagasse, com tão grande achado, as moléstias de tão grande caminho.

(*Hospital das Letras. Apólogo Dialogal Quarto.*)

Enquanto esteve na Bahia D. Francisco muito escreveu: deu prosseguimento a seus *Apólogos Dialogais*, cujas dedicatórias foram assinadas de Salvador (Prestage. Op. cit., p. 281-282, 285); compôs um *Diário do Brasil*, que deveria ser publicado em suas *Obras Morais*, mas que terminou por se perder; e escreveu cartas para tentar remediar sua desgraça na Corte (Castro 2006). Mas em tal conjunto de escritos poucas são as imagens elaboradas sobre a própria Bahia, e nas poucas que o fazem a capital do Estado do Brasil é

representada a partir de um discurso de rejeição, que pode ser ilustrado por uma de suas frases: “Brasil a que nunca fui afeiçoado” (Peixoto *apud* Pieroni 1997, 82-83).

O período em que Melo esteve exilado na Cidade da Bahia, entre 1655 e 1658, foi um momento de renascimento da indústria canavieira na região, e de reestruturação do poderio português, após décadas de guerra e de domínio dos Habsburgo. Por causa desse domínio, durante a primeira metade do século XVII, a América açucareira portuguesa fora uma importante periferia da Monarquia Católica, alvo de medidas administrativas voltadas para a centralização do governo colonial na região. Cuidados régios esses que foram intensificados após as sucessivas incursões da companhia holandesa, a WIC, entre 1624 e 1635, quando Bahia e Pernambuco passaram a desempenhar um papel mais destacado nas preocupações de Madri, inclusive no imaginário da Corte, a ponto de Felipe IV encomendar obras de arte que representassem sua hegemonia sobre a região: caso da tela de Juan Bautista Maíno, *La Recuperación de Bahía del Brasil*, e da peça de Lope de Vega, *El Brasil Restituido*. De fato, o próprio espaço que a tela de Maíno deveria ocupar no Salão dos Reinos, no palácio real espanhol, ao lado de outras celebrações pictóricas das vitórias contra os rebeldes do Império –Cádiz, Gênova e Breda– era indicativo da vontade dos Habsburgo de incorporar a América açucareira à totalidade de seu Império (Silva 2012b; Tovar 2007; Mazeres, 1990).

De todo esse movimento deve D. Francisco ter sido testemunha na corte espanhola: então um jovem fidalgo, alistara-se para servir nas forças habsburgas justamente no momento de maior mobilização portuguesa em apoio a Felipe IV, quando da organização da armada de D. Fradique de Toledo para restaurar a Bahia. Ainda que nosso fidalgo não tenha participado dela, indo lutar pela Monarquia Católica em outras paragens, tão forte foi a presença da Restauração da Bahia no imaginário da nobreza lusa que alguns biógrafos não se furtaram a afirmar que ele teria escrito um soneto em comemoração a este episódio (Oliveira 2009, 29). Seja como for, com a euforia por tal vitória perpassando a corte de Felipe IV é improvável que esta não tenha alcançado um cortesão tão bem relacionado como D. Francisco. De fato, Madri e Lisboa funcionavam então como centros de circulação de notícias das ‘quatro partes do mundo’ (Gruzinski 2010, 47); algo que logo iria transparecer também nas cartas de Melo: na menção irônica feita à popularidade lisboeta do Padre Antonio Vieira, que depois de ter servido anos na Bahia passara ao reino com pompas e cerimônias (Castro 2006, 449-456); nas referências a terras do Ultramar com as quais não tinha nenhuma ligação, tais como as postas em uma das cartas que escreveu na prisão em Lisboa, em 1649:

‘Todavia estão meus negócios no ultimo ponto, juizes nomeados e o processo já em seu poder. Arrebentarei com as árvores, e praza a Deus, que com algum fruto, que não seja mais amargoso, que o temor, e trabalho, com que o espero há cinco anos. Os juizes, me dizem, estão bem afeitos à causa; mas isso mesmo me diziam os outros. De El Rei Cristianíssimo alcancei a honrada intercessão de uma carta, de que ainda não tenho usado, por esperar oferecê-la mais perto da resolução. Dizem-me, que se tem por certo não passarei o Cabo da Boa Esperança...bem

podia acontecer, que fosse; porque cá, e lá, mais fadas há. E Marrocos por Marrocos (como dizia não sei quem) ainda aqueloutros são melhores. Ajunta-se a tudo isso, haver nomeado para ir ao Brasil o Conde N nosso parente, para a qual jornada (ainda muito duvidosa) me afirmam, que estou convidado. Deve de ser fatal aquele dito de Vossa Senhoria, de que eu houvesse de invocar as Musas do Capibaribe, que de muito boa vontade trocara pelas de Lucifé, e não sei se diga pelas de Lúçifer, como de cá fosse; porque verdadeiramente não me acho com vigor bélico. (*Cartas Familiares de D. Francisco Manuel*, 1752, 227-229)

Dirigida ao embaixador da Holanda, essa carta esclarece algumas das expectativas de Melo em ser exilado para o Brasil: por um lado, sua esperança em fazer a viagem associado a um de seus protetores; por outro, seu temor –posto na associação entre as ‘Musas do Capibaribe’, o rio principal das vilas açucareiras, e Lúçifer– em ser obrigado a se engajar na guerra que então era travada em Pernambuco. E se o exílio aparecia como uma solução preferível ao encarceramento no qual se encontrava, apesar disso D. Francisco não deixou de sugerir que trocaria o Brasil por um lugar qualquer no próprio reino; um lugar tranquilo, como Lucifé, riacho na região portuguesa do Alentejo (Prestage 1914, 232). Ou seja, anos antes de entrar no porto de Salvador, o Brasil já era representado por D. Francisco como um lugar de guerra e promessas: essas últimas submergidas no desencanto com seu processo judicial.

Por fim suas expectativas e temores se concretizaram quando seu exílio para o Brasil deixou de ser apenas uma especulação. Assim foi que, em 1655, ele se viu embarcado em uma frota enviada pela Coroa portuguesa para garantir que a guerra contra a holandesa WIC estava realmente terminada. Mas dessa guerra ele não participaria de mais refregas que aquelas ocorridas dentro da tempestade que terminou por despejá-lo na Cidade da Bahia (Prestage 1914, 272). Esta se descortinava do alto de seus morros até as fortalezas que guarneciam o porto, e devia parecer uma bela vista para homens que estavam há meses no Atlântico, em navios infestados. Era uma vista também que prometida riquezas, principalmente para os capitães que se esmeravam em encher seus porões com caixas de açúcar na viagem de retorno,⁶ e muitos eram os que sonhavam com promessas de honras e mercês régias a serem conseguidas pelo que esperavam fossem serviços prestados na guerra de Pernambuco. Entre esses estava o comandante da armada, Francisco de Brito Freyre, o ainda jovem futuro governador de Pernambuco, letrado e erudito que, décadas mais tarde, escreveria uma versão própria daquela temporada americana, a *Nova Lusitânia*.

Mas D. Francisco não viu o porto de Salvador como uma promessa. Além de sua condição degradante de exilado (Pieron 1997, 107-108), o próprio choque cultural de sua formação fidalga no cenário da capital do Estado do Brasil, considerada rústica pelos reinóis, contribuiu para o crescimento de seu desconcerto. Tanto que nas cartas e dedicatórias escritas na Bahia reclamaria sem cessar por estar tão longe da Corte. E se pouco escreveu sobre a Bahia, nisso ele muito diferiu de outros cortesãos que estiveram na América portuguesa, tais como Duarte de Albuquerque Coelho e Francisco de Brito Freyre. Assim, enquanto Brito Freyre reunia material para descrever suas aventuras em terras brasileiras, D.

Francisco dava continuidade à exploração dos temas que sempre lhe interessaram, redigindo os livros que iriam compor seus *Apólogos Dialogais: a Visita das Fontes*, sobre os vícios sociais, e o *Escritório Aparento*, sobre corrupção. Neste, sua veia satírica transborda: “Porque nada lhe faltasse ao dinheiro, já lhe não faltava mais que falar. [...] Deus nos valha, senhor, contra tal inimigo! Pois se, quando mudo, leva a melhor de todos, eloquente que será de nós?”(Mello [1721] 2007a, 04)

Apenas em suas dedicatórias punha suas saudades da vida cortesã, elaborando líricas e salomônicas figuras barrocas em textos dirigidos a seus influentes amigos. Caso da dedicatória do *Naufrágio da Armada*, dominada por imagens de nostalgia, associadas à idéia de efemeridade, tão cara ao ‘século de ouro’.

Já lá vão aquellos annos em que nas Cortes de Portugal e Castella (donde fomos companheiros), idolatramos a suavidade de enganos delectáveis; aquella assistência dos teatros, aquella porfia dos passeos; os dias que se gastávão em delicadas conversações, as noites em musicas primorosas; nossas disputas sutilissimas, nossas Academias elegantes. Tudo, senhor, olhado agora cá do longe da vida, é sem falta occupação inútil, e não sei se escandalosa, comparada com a importância das verdades que agora nos competem. (*Naufrágio da Armada Portuguesa em França* 1676, 282)

Se suas cartas da prisão em Lisboa demonstram desalento mas também ironia, suas dedicatórias escritas em exílio são mais melancólicas. Nessas palavras de abertura do *Naufrágio da Armada* essa melancolia é perceptível: era o inevitável e o efêmero das paixões barrocas, sempre frias, que Melo reproduzia em sua lamentação pelas delícias cortesãs perdidas. Eventualmente, seria Francisco de Brito Freyre, o comandante da armada que o levou ao exílio, o primeiro a dar notícias de Melo na Bahia: em sua *Relação da Viagem que Fez ao Estado do Brasil a Armada da Companhia, ano 1655*, que saiu a público em 1657, Freyre, ao descrever os fidalgos embarcados em sua frota, mencionou D. Francisco sem ressaltar que ia em exílio, dele dizendo simplesmente que era “sujeito conhecido da nossa e das nações estrangeiras” (*Relação da Viagem, que Fez ao Estado do Brazil a Armada da Companhia* 1657).

Apesar de poucas, as referências a D. Francisco postas no texto de Freyre são bem eloquentes de uma opção por não falar de um fidalgo afamado que então estava em desgraça. Seu silêncio, assim, de forma alguma indicava despreço pelo exilado. Na verdade, o prestígio de D. Francisco parecia intacto junto a Brito Freyre, como sugere a confiança que esse lhe depositou ao lhe dar o comando de parte de sua frota: em sua *Relação*, Freyre descreve a difícil viagem, através de tempestades, que esse terço da armada teve que enfrentar, mencionando ainda que, quando finalmente adentrou o porto de Salvador, viu seus galeões ancorados, com os mastros trocados e dando sinais visíveis dos percalços sofridos na travessia. Eram as naus que pusera sob o comando de D. Francisco Manuel e que haviam sido as que, segundo ele, “mais forcejaram” na viagem (Prestage 1914, 278).

E foi assim que o fidalgo degredado chegou à Bahia no comando de um terço das 23 naus da Armada da Companhia, tendo tido o cuidado, na visão do cortesão que relata o feito, imposto pela honra e responsabilidade do comando, de fazer com que todas atravessassem a salvo as monções e a pressão dos inimigos. O discurso de Brito Freyre, dessa forma, apesar de entremeado de silêncios no que concerne a Melo, deixa implícito o cultivo –por parte de Melo, e reconhecido pelo autor, seu par– de um dos mais caros valores da *hidalgua* ibérica: a honra. Pela honra os fidalgos lutavam; pela honra se adequavam às regras rígidas da corte, e pela honra comandavam frotas desgarradas em tempestades, apesar de saberem que teriam apenas o exílio como recompensa.

Após essa chegada apoteótica, D. Francisco firmou residência na Cidade da Bahia enquanto a armada de Brito Freyre partia para Pernambuco. E a capital do Estado do Brasil, um cadinho de mestiços, era um centro de comércio marítimo que crescia a cada dia: entre o fim do século XVI e a última década do século XVII, o número de seus habitantes passara de três mil para 20 mil. Além disso, após a reconquista em 1625, a edificação urbana fora intensificada, com a instalação de sete fortalezas, a abertura de novas ladeiras que dinamizavam a circulação na cidade, além da consolidação de povoações ao longo da Bahia de Todos os Santos.⁷ Nada disso parece ter influenciado positivamente nosso fidalgo, que parece, entretanto, ter encontrado refúgio na biblioteca do Colégio dos jesuítas.

Fundado pelo Padre Nóbrega, o Colégio da Bahia era um modelo educacional para todo o Estado do Brasil, inclusive por formar novos padres e educar os filhos da elite, inculcando em uns e outros os valores da Igreja tridentina e não menos os do humanismo ibérico. Sua biblioteca era modelar, fundamentada nas primeiras obras que Nóbrega, Anchieta e seus confrades haviam trazido de Portugal ainda no século XVI e naquelas que haviam recebido após insistentes pedidos a seus superiores na Companhia de Jesus. E se de início o objetivo dos jesuítas era usar essas obras na catequese indígena e na educação dos colonos e noviços, na época em que D. Francisco lá chegou a *livraria* do Colégio da Bahia já estava aberta também a um público mais amplo: possuía três mil títulos que incluíam Camões e Homero e dela já se haviam servido outros escritores estabelecidos no mundo colonial, como Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia*, uma das primeiras obras poéticas escritas na América portuguesa (Ribeiro 2008, 110).

Para D. Francisco essa *livraria* deve ter exercido forte atração, não só por seu amor à palavra escrita, mas por ser ele também um egresso de outros colégios jesuítas. Além disso, ela acabara de ser totalmente reformada após sua destruição –junto com a cidade– na guerra contra o exército da WIC em 1625, e seu novo salão barroco, por modesto que fosse para o fidalgo, deveria ser mais atraente para esse ex-cortesão do Escorial do que a cultura extremamente sonora –e de uma sonoridade africana, logo estrangeira para ele– das ruas e ladeiras de Salvador. Tal estranhamento a essa sonoridade ele expressou em um de seus poucos escritos sobreviventes sobre a Bahia, um soneto intitulado “Varia ideia estando na America, e perturbado no/estudo por bayles de Bárbaros”

São dadas nove; a luz e o sofrimento.
Me deixão só nesta varanda muda
Quando a Domingo, que dormindo estuda,
Por hum nome, que errou, lhe chamo eu cento.

Mortos da mesma morte o dia e vento,
A morte estava para estar sezuda;
Que desta negra gente, em festa ruda,
Endoudece o lascivo movimento.

Mas eu que digo? solto o tão sublime
Discurso ao ar, e vou pegar da penna,
Para escrever tão simples catorzada?

Vedes? não faltará pois quem ma estime:
Que a palha para o asno ave he de pena,
Fallando com perdão da gente honrada.”
(Mello *apud* Prestage, 288-289)

É significativo que esse seu soneto traga uma crítica irônica à plebe soteropolitana, majoritariamente de cor, e suas práticas festivas cotidianas, consideradas pelo fidalgo como rudes e lascivas. Além disso, nesses versos aparece também a resposta de Melo a sua forçada convivência com essa plebe: “solto o tão sublime discurso ao ar, e vou pegar da pena”. Ou seja, a sua inadaptação às ruas de Salvador, respondeu com a dedicação à escrita. Também na dedicatória dos *Relógios Falantes*, escrita em uma “aldeia”, ele afirmou que escrevia seus apólogos para se distrair das desventuras que o perseguiram. Apesar de que, se fora com esse interesse que começara a escrever, não demorara para que a obra em si tomasse conta de sua mente (Mello [1721] 2007b, 05).

Essa mesma atitude de escrever para ‘passar o tempo e desafogar o engenho’ ele iria reiterar também na dedicatória do *Escritório Avarento*, obra reflexiva sobre a influência do dinheiro e da riqueza nas atitudes humanas e em cujo prólogo transparecem seus barroquismos:

Nunca a fermosura é mais lustrosa que ao tempo em que sem adorno se nos oferece. O maior valor despe as armas na batalha e, por isso, a minha ideia, indo desornada, entende que vai composta. Além de que, os esmaltes da erudição que lhe faltam, vós lhos sabereis dar nas emendas que lhes fizerdes, deixando assim rica a obra, seu proctetor afamado, seu autor agradecido (Mello [1721] 2007a, 04).

Palavras que juram humildade, entremeadas de imagens barrocas: formosura sem adornos; valor que despe as armas. E se a alma cortesã de D. Francisco era de uma sinuosidade barroca a toda prova, essas volutas de seus textos reproduziam a intrincada etiqueta da Corte Habsburga na qual por tanto tempo circulara. E como todo bom cortesão barroco jurava suas lealdades aos *grandes de Espanha* e influentes letrados com fórmulas eruditas ao mesmo tempo em que esperava os favores desses. Fato que transparece também na dedicatória do seu *Hospital das Letras*, escrita para um amigo em 1657, ainda da Bahia:

Estou confessando vos obrigações, e, em vez de satisfazêlas, me obrigo de novo, pedindo-vos que leais, censureis e que talvez defendais os meus desconcertos. Que vem isto a ser, senão trapacear esta partida, voltando-vo-la de dívida em galardão? Que é um artificioso agradecimento? (*Hospital das Letras* 1657, 02)

Assim, sua ironia criticava seu próprio texto, e seus próprios artificios e conceitos *gracianescos*, ao mesmo tempo em que dialogava constantemente, em suas dedicatórias, com seus influentes amigos, naquela busca constate por proteção que caracterizava a cultura política cortesã. Entretanto, ao mesmo tempo em que tecia suas queixas, e enquanto em Lisboa seu protetor o Conde de Castelmelhor procurava levá-lo de volta para as graças do rei, D. Francisco não deixou de circular entre as famílias da elite açucareira na Bahia, tornando-se amigo de jesuítas, governadores e senhores do açúcar, e chegando mesmo a deixar um filho bastardo na poderosa família Albuquerque (Pieroni 1997).

Em realidade, não era raro que os senhores do açúcar fossem eles próprios conhecedores dos meandros da Corte, uma vez que há tempos tais personagens circulavam no Reino: senhores como Gabriel Soares de Souza, que dedicara seu *Tratado Descritivo do Brasil* a D. Critóvão de Moura, poderoso ministro de Felipe II; ou como os filhos do primeiro donatário da capitania de Pernambuco, transformados em fidalgos da Casa Real de D. Sebastião e em derrotados de Alcácer Quibir; ou ainda como aqueles enviados, pelo menos até o fim da União Ibérica, para estudar na Universidade em Coimbra e mesmo em Universidade de Salamanca (Raminelli 2008; Silva 2012b).

E D. Francisco certamente conviveu com esses personagens que, com um pé na Corte, haviam aprendido as modas e costumes, os valores e as regras morais caras à fidalguia ibérica dos Quinhentos e Seiscentos, e que, em solo americano, controlavam as câmaras municipais e a política local. Assim, eram personagens instruídos nas linhas mestras da filosofia cortesã que D. Francisco tinha como anfitriões, ainda que, para ele, que estava bem acima na hierarquia estamental, fidalgo que era e escritor ele próprio de manuais de comportamento, os modos dos senhores de Salvador não devessem parecer tão refinados.

Seja como for, ao se relacionar com essa elite, Melo passou a se dedicar também aos mesmos negócios que ela, imiscuindo-se no comércio de açúcar, que sempre foi uma atração para os reinóis na América portuguesa, e firmando laços comerciais com Pernambuco e Angola (Prestage 1914, 286). Mas sua interação com a sociedade açucareira foi além, e não parece ter sido isenta das intrigas que marcavam o

cotidiano cortesão ao qual estava acostumado, pois, em 1657, D. Francisco se viu chamado a testemunhar em um processo inquisitorial (Prestage 1914, 284-285). E mesmo que seu papel neste fosse apenas o de testemunha, seus antecedentes familiares cristãos-novos não devem ter tornado fácil sua atuação junto aos inquisidores. E talvez esses dois fenômenos estivessem conectados, sua ascendência cristã-nova e sua inserção no comércio açucareiro, visto o papel fundamental que esse grupo desempenhou na formação e manutenção das redes de comércio dentro dos territórios da Monarquia Católica e do ultramar português.⁸ Pouco tempo depois, por razões ainda desconhecidas, Melo deixaria a Cidade da Bahia, mudando-se para outro local, que fez permanecer anônimo. Era a ‘aldeia’ que mencionaria na dedicatória da *Visita das Fontes*, e a qual se referiria apenas como umas ‘praias desertas’: “desterrado do mesmo desterro, me acho agora morador de umas praias desertas.” (Prestage 1914, 285)

Intrigas e negócios a parte, enquanto esteve na Bahia ele parece ter, de fato, dedicado-se principalmente a escrever, concluindo seus *Apólogos Dialogais* que, mais tarde, seriam considerados sua obra máxima. Apesar de somente publicados postumamente, em 1721, os *Apólogos* correram em forma de manuscrito já desde a década de 1650, segundo afirmou um dos censores que autorizaram sua publicação no século XVIII, e conforme a moda de manuscritos nobres que circulavam entre os fildagos, talvez com a mesma abrangência das obras impressas (Peixoto *apud* Pereira 1939). Sobre essa obra disse Prestage, fazendo suas as palavras de Menedez Pelayo e Alexandre Herculano: “Este trabalho, rico de invenção e de observação dos costumes, cheio de graça e de gentil ironia, sátira magistral e obra de critica admirável, é a verdadeira coroa literária do seu auctor”. (Prestage 1914, 286)

Mas se os *Apólogos* não trazem nenhuma descrição da sociedade açucareira na qual foram finalizados, um outro texto de D. Francisco, escrito após seu exílio, chega, de fato, a discutir mais abertamente o Estado do Brasil: a *Restauração de Pernambuco*, a *Epanáfora Triunfante (Restauração de Pernambuco 1676)*.⁹ Uma obra historiográfica que se propõe a narrar episódios acontecidos no mundo do açúcar, mas vinculados ao processo de restauração da independência e hegemonia portuguesa sobre seus territórios ultramarinos. Como todas suas obras historiográficas, essa também tinha uma finalidade política clara, que era a de fazer a apologia do poderio das armas do Portugal bragantino, que teriam sido responsáveis, em sua tese, pela reconquista de Pernambuco. Explicando-se aí talvez a razão principal de ter nosso fidalgo escolhido escrever sobre a guerra de Pernambuco, e não sobre a invasão da Bahia, já que em Pernambuco haviam sido, por fim, as armas portuguesas a conseguirem a vitória, ao contrario de Salvador, reconquistada pelos espanhóis.

Seja como for, nenhum outro texto que ele optou por tornar público, e que lhe tenha sobrevivido, fala tanto sobre a América açucareira portuguesa, apesar de que, de fato, não é possível afirmar com certeza que ele sequer tenha estado em Pernambuco, visto que muitas das imagens que traça sobre o mundo açucareiro eram correntes no imaginário ibérico, reproduzidas em uma miríade de outros textos

seiscentistas. Por exemplo, o Estado do Brasil surge, em suas páginas, como uma terra de perigos: “Entam a nobreza de Portugal, navegou com raro exemplo a províncias remotas, & de perigoso clima” (*Restauração de Pernambuco* 1676, 578); uma representação então recorrente, e que nosso fidalgo apenas usava para reforçar a imagem de bravura da nobreza portuguesa, que, segundo ele, não teria se furtado a enfrentar aqueles perigos.

Antes de discorrer sobre a restauração de Pernambuco propriamente dita, no entanto, ele se dedicou a descrever os eventos que levaram aquele momento, inclusive a invasão da Bahia. Mas se aqui, finalmente, foi levado a descrever a capital do Estado do Brasil, foi uma descrição fria a que elaborou. E se retomou o episódio da reconquista dessa cidade, parece ter sido apenas para ressaltar que a derrota por fim imposta aos invasores havia se dado graças à ‘armas portuguesas’. Ou seja, esforçou-se por enfatizar a origem lusitana do exército da reconquista da Bahia, tentando ignorar a liderança espanhola, com D. Fradique de Toledo à frente, e a presença massiva dos terços espanhóis e napolitanos na armada vitoriosa.

Por essas razões a *Restauração de Pernambuco* iria se somar a sua obra sobre a revolta de Évora e a sua biografia de D. Teodósio em seus esforços por demonstrar lealdade à Casa Real que o exilara. Mas se Melo esteve realmente em Pernambuco, não é possível ter certeza. Alguns indícios sugerem que sim: em primeiro lugar, seus negócios mercantis na região, referidos em sua correspondência. Além disso, era bastante comum que reinóis enviados para a Bahia, durante o período filipino se detivessem em Olinda, por razões comerciais. Uma prática, essa de privilegiar Olinda em detrimento de Salvador, cultivada inclusive por vários governadores gerais nomeados pelos Habsburgo. Nesse sentido, D. Francisco estaria tão somente seguindo as práticas de outros fidalgos radicados na América açucareira portuguesa antes dele.

Seja como for, mesmo que jamais tenha pisado em Pernambuco, tal fato não o impediu de descrever Recife e Olinda em suas páginas:

Nossa primeira fundaçam, foi a Villa, q antes chamaram Mariz & depois Olinda; nobre, & cômoda por edifícios, & riquezas; & antes nome q com fácil corrupçam, denotava sua fermosura, como se disséssemos a Linda; que Olinda nomeávamos. Como vemos, que à cidade de Genova, serve o adjetivo bella, de sobrenome. Aqui se vê huã lingoa de área, por quase huã legoa continuada, pouco distante da terra, que se remata na famosa praça do Arrecife; dito assi de huã serrania, q dissimulada do mar, em partes descuberta serve de defensa, & perigo, ao porto; formando a garganta da barra. (*Restauração de Pernambuco* 1676, 581)

Essa referência a uma ‘língua’ de terra que se estendia desde Olinda e que terminava no porto do Recife pode ser considerada uma descrição acurada daquelas duas povoações no século XVII, inclusive a referência à linha de arrecifes que corria em frente ao porto do Recife como umas ‘serranias’ dissimuladas

do mar. Mas para compor essa descrição Melo pode ter se baseado em fontes e experiência alheias; um fenômeno que não era de todo raro entre escritores no século XVII.

Ao longo dessa sua *Epanáfora*, e depois de descrever as ricas povoações de Pernambuco, ele passa a refletir sobre o conjunto dos fatos que teriam levado àquela restauração, discorrendo, nesse ponto, sobre a invasão da Bahia pela WIC em 1624:

Padeceo o primeiro ímpeto dessas novas armas, a Cidade de São Salvador da Bahia, cabeça do Brazil; a qual em 8 de Mayo de 1624 ocupou por interpreza o General Jaques Guihelmo (ou segundo outros, Jacobo Will Kenio) com vinte & seis náos do Estado, & mercadores, guarnecidas de três mil combatentes: excessivo numero, por certo, ao repouso dos nossos; a quem a justificaçam do que gozavam, ou a largueza da terra que possuíam, fizera como costuma descuidados. (*Restauração de Pernambuco* 1676, 578)

Trecho esse que sugere que teria sido o descuido dos moradores da Bahia a razão principal das tropas da WIC terem alcançado as vitórias iniciais que conseguiram. Uma tese que não era original, visto que outros cronistas antes dele já haviam se indignado contra o suposto ‘repouso’ ao qual os colonos da Bahia estavam acostumados: inclusive o autor da primeira *História do Brasil*, escrita na capital do Estado do Brasil durante a União Ibérica, Frei Vicente de Salvador (Megiani 2007).

Dando prosseguimento a sua narrativa sobre o episódio baiano, nosso fidalgo tentou ainda ressaltar o poderio da armada portuguesa enviada contra a WIC e que teria sido, segundo ele, apenas “socorrida pelo Poder Castelhana”. Dessa forma, tentava minimizar em sua narrativa o que fora, de fato, a presença bastante numerosa das tropas de seu antigo suserano na reconquista da Bahia, esforçando-se por ressaltar a participação da nobreza portuguesa naquele episódio.

Seus esforços explicativos, todavia, logo mudariam de foco no momento em que sua narrativa passou a descrever as causas do ataque da companhia holandesa a Pernambuco:

Parece, que como Deos tinha guardado essa gente, & aquella Provincia para obrar nella novas maravilhas, que engrandecessem seu santo nome, ordenou que fossem tais os princípios de sua opressam: para q sobre esse escuro, campeassem mais resplandcentes as obras divinas. (*Restauração de Pernambuco* 1676, 580)

Ou seja, não apenas o Pernambuco reconquistado pelas armas portuguesas ganhava muito mais atenção –toda uma *Epanáfora*, na verdade– que a Bahia reconquistada pelos espanhóis, o que condizia com a nova postura do D. Francisco enquanto publicista dos Bragança, mas, além disso, os defensores de Pernambuco –que de fato haviam perdido a guerra para as forças holandesas, tendo deixado a região em mãos da WIC por muito mais tempo que o ano que Salvador passou ocupada– eram descritos por nosso fidalgo como oprimidos, postos à prova pela Providência divina, ao contrário dos ‘descuidados’ da Bahia.

E se nesse discurso emergem, em primeiro plano, os interesses propagandísticos de D. Francisco, focado em criar apologias para os Bragança em detrimento dos Habsburgo, por outro lado, talvez seja possível perceber também, em suas opções narrativas e interpretativas, sua antipatia, gestada a partir de um choque cultural, pela capital do Estado do Brasil.

Considerações Finais

Com a morte de D. João iv, o exílio de D. Francisco teve fim e ele voltou ao reino, retomando seu status social, e voltando a desempenhar seu papel duplo de cortesão e escritor. Serviria então como embaixador português em diferentes cortes, atuando inclusive junto ao papado e na negociação do casamento da princesa portuguesa com o rei da Inglaterra. Ao mesmo tempo, enquanto escritor, faria publicar algumas de suas obras mais influentes, muitas das quais escritas durante os anos de prisão e exílio: caso das *Cartas Familiares*, e do *Fidalgo Aprendiz*. Esta última, uma peça de teatro publicada nas *Obras Métricas*, em Lion em 1665, junto a uma ampla coleção de poesia, escrita em português e castelhano (Castro 2010; Verdelho 1998, 267). E uma década depois, em 1676, seria a vez das *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, obra historiográfica que incluía a *Restauração de Pernambuco*, compilada com as outras quatro *Epanáforas*: a chamada *Epanáfora Política*, equivalente às *Alterações de Évora*; a *Epanáfora Trágica*, que é o *Naufrágio da Armanda*; a *Epanáfora Amorosa*, equivalente ao *Descobrimento da Ilha da Madeira*; e a *Epanáfora Bélica*, o *Conflito do Canal*.

Seu *Diário do Brasil*, todavia, não foi publicado, e não parece ter corrido em forma de manuscrito, como os *Apólogos Dialogais*. Logo estaria perdido. E em sua opção por não tornar pública essa obra, em uma época em que as narrativas de viagem, as *Relações* de notícias e os relatos memorialísticos de incursões nas Américas estavam tão em alta, talvez possa ser lido um indício daquele choque cultural do cortesão exilado em terras americanas.

E é justamente esse status de cortesão exilado que torna sua experiência americana tão significativa; pois se muitos foram os fidalgos acostumados aos meandros da Corte, inclusive da corte de Madri no 'século de ouro', a passarem temporadas no Estado do Brasil seiscentista e a tornarem públicas narrativas sobre essas temporadas, por outro lado, nenhum deles esteve exilado. Da mesma forma, se é possível ler representações da América açucareira portuguesa enquanto lugar de perigo, rusticidade e isolamento nas narrativas de cortesãos tais como Duarte de Albuquerque Coelho e Francisco de Brito Freyre, também é possível ler nelas outras imagens, desenhadas em torno de expectativas de enriquecimento e honrarias, além de discursos de heroísmo; o que fazia com que tais textos funcionassem como espaços de legitimação de feitos heróicos e, logo, de aquisição de prestígio na cultura cortesã, ao mesmo tempo em que serviam ao desejo crescente das Casas Reais por descrições de suas possessões ultramarinas.

E se D. Francisco não foi totalmente estranho a esse fenômeno, não deixando de elaborar um discurso de heroísmo e a impressão de riqueza em sua *Restauração de Pernambuco*, por outro lado ele jogou seu foco narrativo menos em narrações memorialísticas e mais em análises historiográficas. Assim, se é possível encontrar elementos em comum em sua *Restauração* com a *Nova Lusitânia*, de Brito Freyre, e as *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho, o que seus escritos redigidos durante sua temporada americana principalmente produziram foram silêncios: silêncio sobre suas interações com a elite açucareira, com a terra; interações apenas entrevistas em poucas frases postas em sua correspondência e um soneto. Para um observador da Corte, da natureza humana e da história esses silêncios são muito eloquentes.

Assim, entre nostalgia da Corte, despreço pela ‘rusticidade’ colonial, e silêncios, a temporada americana de D. Francisco Manuel de Melo vai sendo desenhada, oferecendo um novo ângulo para a observação das conexões entre fidalgos e cortesãos seiscentistas com a América açucareira portuguesa. O ângulo do exílio.

Referências e Fonte

Fontes Impressas

Cartas Familiares de D. Francisco Manuel, Escritas a Várias Pessoas Sobre Assuntos Diversos; Recolhidas, e Publicadas em cinco Centurias por Antonio Luiz de Azevedo, Professor de Humanidades; Oferecidas ao Illustr. E Ver. Senhor João de Pereira des. do Conselho de Sua Majestade, Fidalgo de sua Casa, Beneficiado da Igreja de Santiago de Torres-Novas, e Prelado da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa, E por Luiz de Moraes e Castro; e á sua custa impressas: mais correctas, e de novo illustrada com seu index proporcionado. Lisboa: Oficina dos Herdeiros de Antonio Pedroso, 1752.

Hospital das Letras. Apólogo Dialogal Quarto. Ao Sapiante Varão Daniel Pinário Professor de ciências divinas e humanas por D. Francisco Manuel de Mello, huma Livraria de Lisboa, anno 1657.

Mello, F. M. de. *O Escritório Avarento. Apólogo Dialogal Segundo* [1721]. 2007. Coimbra: Corpo Eletrónico do CELGA-Universidade de Coimbra.

Mello, F. M. de. *Os Relógios Falantes* [1721]. 2007. Coimbra: Corpo Eletrónico do CELGA-Universidade de Coimbra.

Naufração da Armada Portuguesa em França. Anno 1627. Epanáphora Tragica Segunda, de Dom Francisco Manoel, Escrita a hum Amigo. In Epanáphoras de Vária História Portuguesa ao Excelentíssimo Senhor Dom João da Silva, Marquês de Gouveia, Conde de Portalegre, Presidente do Desembargo do Paço, do Conselho do Estado, & Guerra, Mordomo Mor da Casa Real, etc. em Cinco Relações de Sucesso Pertencentes a Este Reyno, que contém Negócios Públicos, Políticos, Trágicos, Amorosos, Bélicos, Triunfantes, por Dom Francisco Manuel. Lisboa, com todas as Despesas Necessárias, à Despesa d'Antonio Craesbeck de Mello, Impressor de S. Alteza, ano de 1676

Relação da Viagem, que Fez ao Estado do Brazil a Armada da Companhia, Anno de 1655. A Cargo do General Francisco de Brito Freyre. Lisboa, na Officina de Henrique Valente de Oliveira, Anno de 1657.

Restauração de Pernambuco. De 1654. Epanáphora Triunfante V. de D. Francisco Manuel, escrita a hum amigo. in Epanáphoras de Vária História Portuguesa ao Excelentíssimo Senhor Dom João da Silva, Marquês de Gouveia, Conde de Portalegre, Presidente do Desembargo do Paço, do Conselho do Estado, & Guerra, Mordomo Mor da Casa Real, etc. em Cinco Relações de Sucesso Pertencentes a Este Reyno, que contém Negócios Públicos, Políticos, Trágicos, Amorosos, Bélicos, Triunfantes, por Dom Francisco Manuel. Lisboa, com todas as Despesas Necessárias, à Despesa d'Antonio Craesbeck de Mello, Impressor de S. Alteza, ano de 1676.

Referências Bibliográficas

Anacleto, M. T.; Santos, Z. (Coordenação). 2010. *D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular.* Coimbra/Salamanca: Imprensa da Universidade de Coimbra/Ediciones Universidad de Salamanca.

Anastacio, V. 2009. Apontamentos sobre D. Francisco Manuel de Melo e a Historia da Guerra da Catalunha e os Papeis da Restauração. *Peninsular*, V. 6: 111-120.

Camenietzki, C. Z.; Pastore, G. 2005. 1625, o Fogo e a Tinta: A Batalha de Salvador nos Relatos de Guerra. *Topoi - Revista de História. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, V. 6, N° 11: 261-288.

- Castro, A. P. D. *Francisco Manuel de Melo, Um Polígrafo de 'Cartas Familiares'*. In Anacleto, M. T.; Santos, Z. (Coordenação). 2010. *D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular*. Coimbra/Salamanca: Imprensa da Universidade de Coimbra/Ediciones Universidad de Salamanca.
- Castro, A. P. 2006. Das Incertezas da Guerra à Visão Profética da Paz na Obra de Padre Antônio Vieira. *Humanitas* 58: 449-457
- Cunha, M. F. 2010. As *Cartas Familiares: Obra Barroca, Obra Moderna*. In Anacleto, M. T.; Santos, Z. (Coordenação). 2010. *D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular*. Coimbra/Salamanca: Imprensa da Universidade de Coimbra/Ediciones Universidad de Salamanca.
- Del Priore, M. 2009. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, V. 10, N° 19, jul.-dez: 7-16
- Fernandes, M. L. C. 2003. Da casa ao palácio: A *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo em Espanha no século XVIII. *Península - Revista de Estudos Ibéricos*, N° 0: 345-353
- Franco, L. F. 2008. Da fortuna literária de D. Francisco Manuel de Melo e do Barroco. In *D. Francisco Manuel de Melo 1608-1666*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Gruzinski, S. 2010. *Las Cuatro Partes del Mundo – Historia de una Mundialización*. Mexico: Fondo.
- Le Goff, J. 2003. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- Leite, B. M. B. 2007. *O Caso servo do Discurso: A "Escola de Tácito" e a historiografia de D. Francisco Manuel de Melo na Europa do XVII*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Lenk, W. 2008. *Aspectos sociais da resistência à ocupação holandesa (Babia, 1624-1654)*. In Anais do Simpósio de pós-graduação em História Econômica, São Paulo.
- Levi, G. 2000. Usos da biografia. In: Amado, J.; Ferrera, M. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Loriga, S. 1998. A Biografia como Problema. In REVEL, J. *Jogos de Escalas: A Experiência da Micro-análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 225-250.
- Mazeres, F. 1990. El Salón de Reinos y la monarquía militar de los Austrías. *Militaria, Revista de Cultura Militar*. Madrid: Edit. Univ. Complutense. N° 2 : 43-66..
- Megiani, A. P. T. 2007. Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. *Topoi*, V. 8. n°. 15: 24-48.
- Oliveira, A. 2009. D. Francisco Manuel de Melo, historiador. *Península - Revista de Estudos Ibéricos*, N° 6: 17-60.
- Oliveira, R. 2006. Amor, amizade e valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime. *Tempo*, V.11. N° 21.
- Peixoto, A. 1939. Nota Preliminar. In PEREIRA, N. M. *Compendio Narrativo do Peregrino da América*. Volume II. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira.
- Pieron, G. 1997. Os excluídos do Reino: A Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil-Colônia. *Revista Textos História da Universidade de Brasília*, V. 5. N° 2.
- Pieron, G. 2000. *Os Excluídos do Reino: A Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: Ed. UNB.
- Prestage, E. 1914. *D. Francisco Manuel de Mello – Esboço Biográfico*. Coimbra: Imprensa Universitária.
- Raminelli, R. 2008. *Viagens Ultramarinas – Monarcas, Vassallos e Governo a Distância*. São Paulo: Alameda.
- Ribeiro, M. A. 2008. Livros Defensivos e Bibliotecas Privadas no Brasil em Finais do Século XVI. In Montenegro Et all. *História: Cultura e Sentimento – Outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. UFMT/Ed. Universitária – UFPE:107-120.

- Saltarelli, T.V. L. 2008. *As Poéticas Seiscentistas e a Obra de Dom Francisco Manuel de Melo*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Silva, J. G. 2012. *Cristãos-Novos nos Negócios da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630*. Recife: Tese de Doutorado, UFPE.
- Silva, K. V. 2012. Fidalgos, capitães e senhores de engenho: humanismo, barroco e o diálogo cultural entre Castela e a sociedade açucareira (Pernambuco, séculos XVI e XVII). *Varia Historia*.Nº 47, jan/jun.
- Souza, A. P. 2012. *A Bahia no Século XVIII – Poder Político Local e Atividades Econômicas*. São Paulo: Alameda.
- Tovar, C. M. 2007. El Cuadro de Batallas de Juan Bautista Maíno *La Recuperación de Bahia* y las Fuentes Literarias del Siglo XVII Como Sugerencia para su Argumento. *Revista del CES Felipe II*, Nº 7.
- Valladares, R. 1998. *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto (Portugal 1637-1638)*. Diputación de Badajoz: Departamento de Publicaciones.
- Verdelho, E. 1998. As Edições do Fidalgo Aprendiz de D Francisco Manuel de Melo. *Humanitas*, V. L. 867-886.

Notas

¹ Essa dinâmica discussão sobre a narrativa biográfica enquanto gênero literário e historiográfico aparece em diversos autores ao longo dos anos. Para o estudo da trajetória de vida como defendida pela Nova História Cultural, Cf. Del Priore, M. Biografia: quando o indivíduo encontra a história, *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16; Le Goff, J. *História e memória*. São Paulo, Editora da Unicamp, 2003; Levi, G. Usos da biografia. In: Amado, Janaína; Ferrera, Marieta de Moraes, (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

² Loriga, S. A Biografia como Problema. In Revel, J. *Jogos de Escalas: A Experiência da Micro-análise*. Rio de Janeiro: fundação Getúlio Vargas: 225-250. P. 248.

³ Prestage, E. D. *Francisco Manuel de Mello – Esboço Biográfico*. Coimbra, Imprensa Universitária, 1914; Anacleto, Marta Teixeira; Santos, Zulmira (Coordenação). *D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2010. Vale a pena mencionar, entretanto, entre os trabalhos brasileiros sobre o poeta, alguns estudos dissertativos realizados no início do século XXI, como o de Saltarelli e o de Leite: Saltarelli, Thiago V. L. *As Poéticas Seiscentistas e a Obra de Dom Francisco Manuel de Melo*. Dissertação de Mestrado, UFMG. Belo Horizonte, 2008; e Leite, Bruno Martins Boto. *O Caso servo do Discurso: A “Escola de Tácito” e a historiografia de D. Francisco Manuel de Melo na Europa do XVII*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. Por seu turno, a maioria dos estudos sobre D. Francisco se preocupam com elementos específicos de sua obra, ou com uma obra específica, caso de Fernandes, Maria de Lurdes Correia. Da casa ao palácio: A *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo em Espanha no século XVIII. *Península - Revista de Estudos Ibéricos*, N° 0, 2003: 345-353; Oliveira, António de. D. Francisco Manuel de Melo, historiador. *Península - Revista de Estudos Ibéricos*, N° 6, 2009: 17-60.

⁴ Segundo Rafael Valladares, a opção discursiva de Melo com respeito ao domínio Habsburgo em muitos de seus escritos historiográficos – uma opção que privilegiava o silêncio sobre o período – seria seguida pela maioria dos historiadores e cronistas portugueses já a partir de 1640, em suas incursões na elaboração de um discurso fundador acerca da independência portuguesa. Valladares, Rafael. *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto (Portugal 1637-1638)*. Diputación de Badajoz, Departamento de Publicaciones, 1998: 91-92.

⁵ Para mais informações sobre esses escritos, e suas respectivas datas de publicação, conferir: Saltarelli. Op. cit.: 103-104; Fernandes, Op. cit.; Oliveira, Op. cit.; Valladares, Op. cit.; Verdelho, Evelina. As Edições do Fidalgo Aprendiz de D. Francisco Manuel de Melo. *Humanitas*, Vol L, 1998: 867-886; Cunha, Mafalda Ferin. *As Cartas Familiares: Obra Barroca, Obra Moderna*. In Anacleto, Op. cit.: 191.

⁶ Isso já acontecia com os capitães de Espanha durante a restauração de Salvador. Cf. Lenk, Wolfgang. *Aspectos sociais da resistência à ocupação holandesa (Bahia, 1624-1654)*. In Anais do Simpósio de pós-graduação em História Econômica. São Paulo. 2008; e Camenietzki, Carlos Ziller; Pastore, Gianriccardo Grassia. 1625, o Fogo e a Tinta: A Batalha de Salvador nos Relatos de Guerra. *Topoi - Revista de História. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*. v 6, n 11, jul/dez 2005. Pp 261-288. E mesmo a armada que levou D. Francisco, comandada por Brito Freyre, voltaria com os porões carregados. Prestage. Op. cit.: 272

⁷ Para uma descrição bem fundamentada e atualizada da evolução urbana da Cidade da Bahia colonial, cf. Souza, Avanete Pereira. *A Bahia no Século XVIII – Poder Político Local e Atividades Econômicas*. São Paulo, Alameda, 2012: 25-31.

⁸ Se a atuação de D. Francisco no comércio do açúcar e sua breve incursão nos cenários da Inquisição na América portuguesa estiveram de fato relacionadas a uma descendência cristã-nova é algo de difícil identificação hoje tendo em vista que tal descendência não aparece facilmente nas fontes sobre sua vida. Por outro lado, o papel desempenhado pelos cristãos-novos no desenvolvimento de prolíficas redes de comércio dentro dos territórios ibéricos é hoje bem explorado pela historiografia. Para isso, ver o recente trabalho de Janaína Guimarães, Silva, J. G. *Cristãos-Novos nos Negócios da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630*. Tese de Doutorado em História, UFPE, Recife, 2012. A obra de Geraldo Pieroni, por sua vez, esclarece a relação entre os cristãos-novos portugueses e os degredados para o Estado do Brasil: Pieroni, G. *Os Excluídos do Reino: A Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília, Ed. UNB, 2000.

⁹ A dedicatória deste texto está datada de 1659, de Alcântara, em Portugal, escrita a um amigo não nomeado que servira nas guerras americanas. *Restauração de Pernambuco. De 1654. Epanáfora Triunfante V. de D. Francisco Manuel, escrita a um amigo. in Epanáforas de Vária História Portuguesa ao Excelentíssimo Senhor Dom João da Silva, Marquês de Gouveia, Conde de Portalegre, Presidente do Desembargo do Paço, do Conselho do Estado, & Guerra, Mordomo Mor da Casa Real, etc. em Cinco Relações de Sucesso Pertencentes a Este Reyno, que contém Negócios Públicos, Políticos, Trágicos, Amorosos, Bélicos, Triunfantes,*

por Dom Francisco Manuel. Lisboa, com todas as Despesas Necessárias, à Despesa d'Antonio Craesbeck de Mello, Impressor de S. Alteza, ano de 1676. Nessa mesma edição foram publicadas também as *Alterações de Évora em 1637*, como Epanáfora Política; o *Naufrágio da Armada Portuguesa em França em 1627*, como Epanáfora Trágica, o *Descobrimento da Ilha da Madeira em 1410*, como Epanáfora Amorosa, e o *Conflito do Canal* como Epanáfora Bélica.